



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 231/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, sobre quantidade de cargos vagos de Professor de Educação Básica II.
2. Em resposta, informou-se a quantidade de cargos vagos, bem como os motivos da resposta. Inconformado, o solicitante questionou quantos destes cargos ficarão disponíveis para ingresso, e a Secretaria, em sede de recurso hierárquico, não acolheu o pedido. Na sequência, o interessado interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, registre-se que houve adequado atendimento ao pedido original, ofertando-se a informação sobre o total de cargos vagos, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n. 12.527/2011. Por outro lado, em sede recursal, o recorrente efetuou solicitação diversa da inicial, em inovação que não se coaduna com a sistemática recursal da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtrairia ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
4. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Verifica-se, portanto, não haver propriamente insurgência recursal em face da decisão da unidade demandada, devido à ausência de identidade com a solicitação analisada inicialmente e atendida pelo órgão recorrido, resguardando-se o direito do interessado de formular novo pedido de acesso, sem qualquer óbice.
6. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei Federal n. 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO